

PROJETO: **ELABORAÇÃO DO PLANO E DA MINUTA DO PROJETO DE LEI PARA A POLÍTICA DE GERENCIAMENTO COSTEIRO DO ESTADO DE SERGIPE.**

LUGAR: **Auditório da CODISE**
Av. Prefeito Heráclito Rollemberg, S/N
Aracaju-SE

DATA E HORA: **terça-feira, 23 de maio de 2017, 09:50 h**

ATA DA REUNIÃO.

A reunião iniciou às 09:50h com a fala da Luciana Santos, representante da SEMARH-SE desejando boas-vindas aos participantes e agradecimento as instituições pela presença. Logo após foi dada a palavra a Valdinete Paes, Superintendente de Qualidade Ambiental e Educação Ambiental da SEMARH que se pronunciou a respeito da importância da construção da Política Estadual de Gerenciamento Costeiro, bem como da participação das instituições públicas e privadas por meio das suas contribuições para uma adequada elaboração da mesma. A senhora Luciana Santos fala sobre o que é o gerenciamento costeiro e quais as atribuições de cada entidade por meio de um diagrama que apresenta um histórico sobre as leis, políticas e decretos e sobre os assuntos referentes ao zoneamento e gerenciamento costeiro. Em seguida apresenta os instrumentos de gerenciamento de âmbito federal como PMGC, SIGERCO e o SMA. Na mesma fala é apresentada a área de abrangência costeira estadual, dividida em três regiões. Foi dado o destaque ao Projeto Orla que já elaborou os diagnósticos de alguns municípios que fazem parte da área de abrangência já citada. Dando continuidade à apresentação, tratou-se da importância da Comissão Técnica Estadual de Gerenciamento Costeiro e a sua composição e representação. Esta é composta por instituições públicas, organizações da sociedade civil, instituições de ensino, empresas e entidades de classe. A coordenação do CTE-GERCO/SE é realizada pela SEMARH e compete a essa comissão coordenar a elaboração do Plano e da Política Estadual de Gerenciamento Costeiro. Foi apresentada a proposta para o CTE-GERCO/SE- 2017 através da rearticulação e mobilização da comissão e a avaliação e acompanhamento das atividades. Após, é feita a fala do Sr. João



D'Ávila (responsável pela Ambientec, empresa integrante do consorcio responsável pela execução das atividades) que apresentou a satisfação de fazer parte destas ações e colaborar com o desenvolvimento socioeconômico de Sergipe. Marcio Brito representando formalmente do consórcio apresenta uma breve descrição dos assuntos a serem apresentados. Após, foi feita uma contextualização da região costeira no Brasil, no estado de Sergipe e foi apresentado o objetivo geral da proposta, sua contextualização, os seus desafios e o arcabouço legal. Marcio Brito continua apresentando a definição do projeto e os aspectos socioambientais da área de abrangência. Estes aspectos apresentam desafios na gestão frente às problemáticas da erosão costeira, fragilidade da biodiversidade entre outros. São apresentados os objetivos específicos que são: melhorar o conhecimento da zona costeira, ordenar os usos das atividades na zona costeira, elaborar uma minuta de Projeto de Lei para a política estadual e ampliar a participação pública no planejamento para a real efetivação da lei. Após, foi apresentada a metodologia de trabalho de gestão adaptativa a ser utilizada no desenvolvimento das atividades: planejamento, participação, adaptação e correções ao Plano. Em sequência, foram apresentados os produtos que serão gerados, divididos em 6 (seis) e os relatórios complementares que estão divididos em 5 (cinco). Após é apresentado o fluxograma com as etapas de trabalho a serem realizadas desde a realização deste momento inicial, de coleta de informações, avaliação das informações coletadas, consultas públicas, aprovação do plano e estruturação da minuta do projeto de lei. Os resultados esperados da etapa 1(um) será o relatório das atividades e as contribuições da metodologia. Na etapa 2 (dois) será realizado o levantamento das informações com a validação por meio da segunda consulta para aprovação das informações sobre a evolução do estado de conservação de ecossistema e espécies chave. É apresentada a dimensão espacial no GERCO com a elaboração de um Sistema de Informações Geográfica (SIG) onde serão disponibilizados mapas temáticos e outras informações relevantes para os estudos. Após foi apresentado à proposta de conteúdo para o diagnóstico com o detalhamento de todos os conteúdos a serem apresentados neste documento. É apresentado a metodologia das consultas públicas por meio do

Diagnóstico Rápido Participativo com o cronograma de resultados da etapa 2 (dois). Após é apresentado a etapa 3 com os critérios de zoneamento costeiro, definição de instrumentos do Zoneamento Ecológico Econômico e outros instrumentos de gestão que serão considerados para a elaboração do PNGC. Na etapa 4(quatro) será realizada a revisão do Plano de Gerenciamento e das Consultas Públicas que serão realizadas com os atores que atuam na região costeira com o intuito de inserir informações ou não para a complementação do plano. Os resultados dessa etapa serão o Plano de Gerenciamento Costeiro e a sistematização das consultas públicas. Na etapa 5 (cinco) será realizada a elaboração da redação da versão preliminar do Projeto de Lei com a reuniões com atores e gestores locais. Os resultados dessa etapa serão a versão preliminar do Projeto de Lei e os relatórios das consultas públicas. Na etapa 6 (seis) será realizada a apresentação da proposta de lei no conselho estadual de meio ambiente. O resultado será a minuta do projeto de lei finalizada e os relatórios das consultas. A Sra. Valdinete fala da importância da apresentação do cronograma geral para os participantes, uma vez que os presentes possam sugerir e opinar sobre o período de realização das atividades. Marcio Brito apresenta o cronograma das reuniões. É comentado por uma das participantes que as reuniões no mês de dezembro são complicadas devido aos compromissos das prefeituras nesse período. A participante da Prefeitura de Laranjeiras questiona a Ambientec se seria possível contribuir com elaboração do Plano Municipal. Marcio Brito informa que dentro deste contrato o consórcio não teria como contribuir. Valdinete Paes informa que é importante que o município viabilize uma maneira de obter recursos para contratação de uma empresa para realização deste serviço. Outro participante fala sobre a importância da participação dos comitês de bacias e dos pescadores nas etapas participativas e de elaboração e aprovação do diagnóstico. Destaca também que a importância obter dados do Plano de Bacias Hidrográficas realizado a menos de um ano. A representante da prefeitura de Laranjeiras fala da necessidade de disponibilidade de informações obtidas pelo PEAC para contribuir com os dados a serem construídos na elaboração do Plano. O representante da Instituição Mamíferos Aquáticos ressalta a importância sobre a forma de acesso aos documentos do Plano de Trabalho para que os

membros possam contribuir de forma direta referente aos estudos socioeconômicos e de uso e exploração turística (exemplo da região do Viral). Marcio Brito esclarece que esses documentos serão enviados previamente para a leitura e conseqüente análise. Luciana Santos afirma que o Plano de Trabalho será enviado para os *e-mails* disponibilizados na lista de presença desta reunião. A representante do PRODETUR apresenta que o Plano de Trabalho deve ser aprovado pelo grupo de trabalho com informações e contribuições para auxiliar o consórcio na definição das suas metodologias. O representante do Instituto Mamíferos Aquáticos fala que a Reserva Santa Isabel não foi contemplada nas ações do PRODETUR devido ao representante do PRODETUR não ter encontrado o gestor da unidade de conservação. Ele apresenta que este processo deve ser efetivamente participativo e estes componentes sociais devem ser parte integrante fundamental. A representante do PRODETUR relata que investigará essa situação e dará maiores esclarecimentos. Bruno da SEMA parabeniza a equipe técnica e fala da importância dos mapas e do SIG para um melhor uso da região litorânea. O representante do Município de São Cristóvão fala da necessidade dos documentos serem disponibilizados de forma aberta para que os representantes possam acessar e contribuir. A representante da SEMARH fala que por questões operacionais os documentos serão enviado por e-mail a todos em momento anterior as reuniões. Ficou definido que até a quinta-feira (31/05/17) será disponibilizado para o *e-mail* dos presentes o Plano de Trabalho. A 1º oficina de trabalho ficou definida para o dia 07/06/17 e local a confirmar (provavelmente no auditório da CODISE). A reunião foi finalizada as 11:52 com os informes sobre o apresentação do Sistema de Resíduos Sólidos no dia 26/05/17 no Auditório da CODISE e a fala de Valdinete Paes e da Naiara Lima, representante do PRODETUR, agradecendo a presença de todo(a)s.